

CONCLUSÕES DOS TRABALHOS DO SEMINÁRIO DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Com a organização do Seminário, sobre o tema “ Mulheres Líderes”, a Polícia de Segurança Pública (PSP) pretendeu homenagear as mulheres, em particular, as que desde 1930 têm integrado as suas fileiras, tornando essa homenagem extensível a todas as mulheres que trabalham nos diversos organismos que se fizeram representar, evocando assim o Dia Internacional da Mulher.

A sessão de abertura contou com a presença da Excelentíssima Procuradora Geral da República, Doutora Joana Marques Vidal, o Excelentíssimo Diretor Nacional da PSP, Superintendente – Chefe Luís Manuel Peça Farinha e o Excelentíssimo Diretor do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), Superintendente-Chefe Pedro José Lopes Clemente.

Nesta sessão tomou a palavra o Exmo. Diretor do ISCPSI que deu as boas vindas a todos os presentes. Salientou que muito caminho há, ainda, a percorrer desde a entrada da Guarda Ermelinda Mendes, em 1930, na PSP.

Manifestou o reconhecimento pelas mulheres notáveis que passaram na sua vida e uma palavra de esperança nas mulheres que prestam serviço na PSP e nas que garantem o futuro.

Seguidamente tomou a palavra a Exma. Procuradora Geral da República que começou com uma pergunta: valerá ainda a pena comemorar este dia? Será que se justifica? Na verdade, o estatuto da mulher na legislação portuguesa tem hoje a garantia da igualdade de direitos em paridade com

o homem. Referiu o acervo histórico que descriminava a mulher em termos de exercício de direitos, mas que muito se avançou nos últimos 40 anos. Contou uma história pessoal aquando da sua 1.ª colocação e da reação de estranheza que causou, não só por ser senhora, mas também pela sua idade (muito jovem). Considera que ainda temos um caminho a percorrer, mas entende que a luta pelos direitos humanos é comum a homens e a mulheres. A força da palavra é muito importante, mas a nossa ação é fundamental.

Seguidamente deu-se início ao 1.º painel onde se procurou refletir e colher experiências de mulheres em profissões onde ainda existe a predominância do género masculino. Neste painel – **“Mulher, Polícia e Líder: a minha experiência”** teve como moderador o Exmo. Diretor adjunto do ISCPSI, Superintendente Pedro Alberto Nunes Teixeira, e contou com seis oradoras. A primeira oradora foi a Senhora Superintendente Madalena Amaral que procurou, em traços largos, descrever a evolução da integração da mulher na PSP nas últimas décadas, dando destaque aos anos de 1980 e 1981 quando ela própria ingressou na instituição, fazendo referência à sua experiência profissional e à evolução desde Guarda até Superintendente. Na sua exposição procurou recordar o passado, valorizar o presente e encarar o futuro, tendo como objetivo a dignificação das mulheres como polícias e o prestígio da PSP a que se orgulha de pertencer.

A segunda oradora, Capitão de Infantaria Patrícia Loureiro de Almeida, num primeiro ponto apresentou a situação do efetivo feminino na GNR e o enquadramento histórico (1.º alistamento de mulheres em 1994). A patente mais elevada é nesta altura de Tenente Coronel. Na GNR as mulheres ocupam praticamente todas as funções e valências da Guarda,

num total de 6% do efetivo. Nos cargos de Comando e Chefia a maioria é ainda masculina. O conceito de liderança foi o segundo ponto abordado: na GNR têm sido feitos estudos nesta área, em particular na liderança do feminino. Da sua experiência profissional, preocupa-se na sua ação de comando com a sua missão e com o cumprimento da mesma e não tanto na distinção do género.

A terceira oradora, Comissária – Chefe Elizabeth Maria Ranque Franque, da Polícia Nacional de Angola, na sua intervenção subordinada ao tema “Mulher, Polícia e Líder”, felicitou todas as mulheres, em nome das mulheres polícias de Angola, sendo a Rede Mulher Polícia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) um símbolo da luta pela presença feminina nas forças policiais. Salientou que no dia 8 de março se felicitam todas as mulheres, sendo estas o centro de todas as atenções das políticas e de medidas legislativas no sentido das garantias dos direitos. Por tradição, a família no contexto africano é alargada, e que hoje já se nota mais restrito. Cabe à mulher uma grande parte da chefia de agregados familiares e que tem tendência para aumentar. Quanto a cargos de decisão, apresentou-nos a situação das mulheres nos cargos do parlamento, ministérios, governadores, magistratura e na função pública (30,5%), onde está incorporada a polícia. A mulher angolana sempre representou um papel importante nos interesses mais nobres da nação angolana. Em 1995 foi criada a primeira Associação da Mulher Polícia de Angola, tendo como finalidade a dignificação da mulher polícia em todas as classes, hoje, num total de 7.778, estando em curso, nesta altura, um procedimento para a integração de mais mulheres. Finalizou com referências à sua carreira profissional e aos cargos que desempenhou e apresentou um vídeo onde

nos deu a conhecer um pouco da realidade do dia-a-dia da mulher polícia de Angola.

A quarta oradora, Subcomissária Zelinda Vasconcelos, da Polícia Nacional de Cabo Verde, começou por fazer um enquadramento histórico da Polícia de Cabo Verde e da incorporação da mulher neste corpo policial, o que viria a acontecer em 1989/90, para a Direção Nacional de Segurança e Ordem Pública, para a função de trânsito e de secretariado.

Hoje já representam 10 % do total do efetivo da Polícia de Cabo Verde, não tendo ainda oficiais superiores femininos. Destacou duas mulheres que foram pioneiras e que deram início à presença feminina prevendo-se que, ainda este ano, uma delas irá alcançar a categoria de oficial superior.

A quinta oradora, Major Aida Aminata Fadia, da Polícia de Ordem Pública da Guiné-Bissau, começou por referir que se verificam, ainda, muitas dificuldades na integração da mulher na polícia da Guiné-Bissau. No seu entender, as mulheres ao tomarem decisões, fazem-no não tanto como mandante ou dominadora, mas como coordenadora / colaboradora. No caso da Guiné-Bissau, apesar das mulheres já estarem a desempenhar diversas funções policiais, o acesso aos postos de comando ainda é muito limitado. Hoje têm 608 mulheres na Polícia de Ordem Pública, distribuídas pelo dispositivo e nas diversas funções. Insensibilidade para matérias do género, fraca perceção do papel da mulher polícia, ausência na mulher em tomadas de decisão, são algumas das dificuldades apontadas pela representante da Guiné –Bissau. Referiu, no entanto, que tem sido desenvolvido um trabalho muito relevante no sentido de alterar estas situações e de uma maior afirmação da mulher na Polícia.

A sexta oradora, Comissária de terceira, Maria Fátima Ntongono Nguema, da Direção Geral da Segurança Nacional da Guiné- Equatorial, falou-nos da sua experiência de 33 anos de serviço na Polícia. Pela primeira vez a Polícia da Guiné - Equatorial está a participar num evento no âmbito da CPLP o que muito os honra. A partir de 1979, começou o real desenvolvimento da mulher em geral e da militar em particular. As mulheres ganharam, então, mais liberdade na obtenção de trabalho fora do lar e aos poucos foi-se afirmando, participando em todas as funções militares, sendo que, atualmente, várias mulheres ocupam elevados cargos policiais e militares. Para isso, os passos a seguir são: formação, formação e formação. Terminou referindo que o seu país tem feito um grande trabalho no sentido de reconhecer o papel da mulher na sociedade e da paridade do género, alcançando um futuro melhor, mais risonho e gratificante.

No II Painel – **“Diferentes Olhares sobre a Liderança no Feminino”**, tivemos como moderador o Assessor de Sua Excelência o Primeiro Ministro, Intendente Luís Manuel André Elias, e como oradoras a Doutora Maria José Morgado, Procuradora Geral Distrital de Lisboa e a Professora Doutora Lúcia Pais, Docente do ISCPSI.

A primeira oradora, Doutora Maria José Morgado falou da sua experiência como pessoa e não como mulher, pois, raramente se lembra do género. Referiu que o ISCPSI está de parabéns em matéria de acesso e igualdade do universo feminino, mas também pelo progresso que tem tido nesta matéria. A PSP foi uma das primeiras instituições onde as mulheres alcançaram os postos cimeiros e onde a presença feminina passou a existir desde 1930, quando ainda não se falava de questões de discriminação. O quadro legal de hoje, segundo a oradora, é perfeito e as questões

atualmente são de competência e de mérito e não de género. A igualdade parte também do reconhecimento da diferença.

A segunda e última oradora, Professora Lúcia Pais, fez “um elogio da diferença”. Relembrou-nos os factos históricos que estão na génese da comemoração do Dia Internacional da Mulher. Falou em diversas mulheres que se destacaram em várias áreas, demonstrando que ao longo da história tivemos mulheres de sucesso em matérias onde predominava o género masculino. Fez uma abordagem psicológica e física da condição feminina realçando as diferenças do género e a especificidade da mulher.

Podemos assim concluir que nas instituições que estiveram representadas no seminário, a mulher está perfeitamente integrada e é reconhecida pela sua competência e determinação. A presença feminina é hoje transversal em áreas onde a mulher não tinha acesso, como seja a política, a magistratura, as forças militares e policiais. O Dia Internacional da Mulher que celebrámos representa o que tem sido a luta das mulheres pelos seus direitos e a luta contra a discriminação. A autonomia financeira que a mulher consegue ao impor-se no meio laboral é determinante para a conquista da sua liberdade e para o livre exercício dos seus direitos.

A Senhora Superintendente Madalena Amaral terminou a apresentação das conclusões lendo um pequeno artigo da revista *Polícia Portuguesa*, dos anos 70, da autoria da Guarda Lurdes Pereira, com o qual pretendeu homenagear todas as mulheres, em particular as que foram pioneiras nas suas profissões, pela graça que o mesmo tem e pela sua atualidade, apesar de ter sido escrito há mais 50 anos. Escrevia assim a Guarda Lurdes:

“ Pode ou não uma mulher ser agente da corporação sem perda dos seus atributos femininos?

Sem que pretenda outorgar-me do direito de responder pelas mulheres que constituem o corpo feminino da PSP, julgo poder afirmar que os clássicos atributos da mulher em nada podem ser prejudicados pela carreira policial escolhida, desde que esta não confunda os tais clássicos atributos femininos com a garridice de que a mulher se vale para, no seu errado entender, se tornar mais mulher. Considere-se pois:

- Um veemente NÃO à quinquilharia de adorno que possa julgá-la mais feminina;*
- Uma lógica e tácita aceitação a uma pintura e penteados discretos e decentes;*
- Um SIM intransigente à luta contra tudo quanto possa considerar-se tendência de masculinidade.*

Do equilíbrio destas três considerações resultará, sem dúvida, uma mais realista personificação para o agente feminino da PSP, tanto como garantirão mais amplo respeito da maioria do público”.